

Parecer Pericial – Verificação do Domicílio do Pai

Processo: 1234/2026 – Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais – Menor de 8 anos

Autor/Requerente: Maria da Conceição Silva

Réu/Requerido: José António Pereira

Mandatários: Dr. Ana Sofia Martins – OA 12345, Dr. Luís Fernando Carvalho – OA 67890

Juiz: Juiz de Direito da Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa

Local e Data: Porto, 12 de fevereiro de 2026

1. Identificação do Perito

Elemento	Dados
Nome:	Prof. Doutor Carlos Alberto Mendes
Qualificação:	Licenciado em Psicologia (Lic. Ps., Universidade do Porto), Mestre em Psicologia Clínica (Universidade de Coimbra) e Perito Judicial nomeado pelo Conselho Superior da Magistratura (N.º 2021/07).
NIF:	245 678 912
Endereço Profissional:	Rua de Sá da Bandeira, 12 – 2.º Esq., 4000-322 Porto
Contacto:	tel. 22 300 45 67 – email: carlos.mendes@peritos.pt
Mandato:	Nomeado nos termos do artigo 207.º do Código de Processo Civil, a requerimento do Juízo da Vara da Família e dos Menores de Lisboa, para proceder à verificação do domicílio atual do réu e à análise das condições de habitabilidade da nova residência.

2. Objeto do Parecer

Objetivo: Confirmar a localização atual do réu, José António Pereira, e analisar a adequação da sua nova residência ao cumprimento das obrigações parentais, em particular no que respeita ao direito de visitas da menor Ana Sofia Pereira, de 8 (oito) anos, nos termos do melhor interesse da criança.

3. Metodologia

1. Recolha documental:

- Certidão de registo predial da vivenda situada na Rua da Boavista, 45, 4.º Dto., 4100-123 Porto (exarada em 08 de janeiro de 2026).
- Contrato de arrendamento registrado em cartório (data de início: 15 de janeiro de 2026).
- Declaração de residência emitida pela Junta de Freguesia da Boavista (data: 20 de janeiro de 2026).

- Ficha de inspeção da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) – relatório nº 2026/018 (data: 25 de janeiro de 2026).
2. **Visita domiciliária:**
- Realizada em 02 de fevereiro de 2026, com a presença do perito e do assistente técnico da parte requerente, Dr.^a Ana Sofia Martins.
 - Fotografia das áreas comuns e dos quartos, bem como medição de dimensões e verificação de equipamentos de segurança (detectores de fumo, travas de segurança nas janelas).
3. **Entrevista ao réu:**
- Realizada em 03 de fevereiro de 2026, nas dependências do Conselho Municipal da Boavista, com a presença do perito e do advogado do réu.
4. **Análise de jurisprudência e legislação aplicável:**
- Artigos 186.º e 187.º do Código Civil (regulação das responsabilidades parentais).
 - Artigos 208.º a 210.º do Código de Processo Civil (nomeação e atuação do perito).
 - Enunciado nº 26 da Cime (melhor interesse da criança).

4. Constatações

4.1. Localização do Domicílio

- O réu, **José António Pereira**, NIF 123 456 789, mudou-se para a cidade do **Porto** em 12 de dezembro de 2025.
- A morada declarada e confirmada pela Junta de Freguesia da Boavista é **Rua da Boavista, 45, 4.º Dto., 4100-123 Porto**.
- A certidão predial indica que o imóvel é um **apartamento T2** (cerca de 78 m²) situado no 4.º andar de um prédio de oito pisos, com elevador.

4.2. Condições de Habitabilidade

Critério	Avaliação	Comentário
Superfície útil	78 m ² (conforme registo predial)	Compatível com a ocupação de duas pessoas adultas e de uma criança.
Divisão dos espaços	1 sala de estar, 2 quartos, 1 cozinha, 1 casa de banho, 1 lavabo	Um dos quartos está atualmente a ser utilizado como quarto da criança.
Iluminação natural	Janelas em todos os aposentos, persianas adequadas	Cumprir os requisitos de conforto visual.
Ventilação	Janelas com abertura total e presença de exaustor na cozinha	Adequada.
Instalações elétricas e de gás	Certificado de conformidade emitido pela ASAE (relatório nº 2026/018) – adequado	Não foram detectadas irregularidades.
Segurança	Detectores de fumo instalados (verificados em visita), travas de segurança nas janelas do quarto da criança	Em conformidade com a Norma de Segurança Residencial.
Acessibilidade	Elevador funcional, escada com corrimão	Não há impedimentos de acesso ao apartamento.

Critério	Avaliação	Comentário
Condições de higiene	Limpeza geral satisfatória, ausência de sinais de infestação ou humidade	Adequado.
Equipamento de lazer	Ausência de espaço ao ar livre privativo; proximidade de parque municipal (300 m)	Possível limitação, mas compensada por áreas públicas.
Rendimento familiar	Rendimento mensal declarado: €2 200 (contrato de trabalho a termo certo) – suficiente para custear o arrendamento (€800/mês) e despesas básicas.	Não há indícios de precariedade económica.

4.3. Cumprimento do Regime de Visitas

- O réu reconheceu que, desde a mudança de residência, tem cumprido apenas **50 %** das visitas previstas no acordo anterior (2 visitas semanais de 2 horas cada).
- O réu justifica a redução pela necessidade de adaptação ao novo ambiente e pelo percurso de 350 km entre Lisboa e Porto.
- Não foram apresentadas provas documentais de impedimentos de força maior.

5. Análise da Habitabilidade Relativa ao Interesse da Menor

De acordo com o artigo 187.^o do Código Civil, a fixação da guarda e do regime de visitas deve observar, primordialmente, o **melhor interesse da criança**, considerando a estabilidade, segurança e bem-estar afetivo.

1. **Estabilidade residencial:** O réu estabeleceu-se permanentemente em Porto há mais de um ano, com contrato de arrendamento regular e documentos de registo de residência. Não há indícios de mudança iminente.
2. **Condições de habitabilidade:** O apartamento cumpre todos os requisitos legais de habitabilidade, segurança e higiene. As condições são, portanto, **adequadas** para acolher a menor durante as visitas.
3. **Distância geográfica:** A distância entre Lisboa e Porto implica um deslocamento de aproximadamente 3 h30 por via rodoviária. Essa circunstância pode dificultar a frequência regular de visitas, devendo ser ponderada a possibilidade de **visitas supervisionadas** em ambiente neutro (ex.: centro de mediação familiar) ou a **alternância de residência** em períodos mais longos (ex.: fins de semana alternados).
4. **Impacto emocional:** Não foram identificados indícios de risco psicológico ou físico para a menor na nova residência. Contudo, a redução das visitas pode gerar sentimentos de abandono, sendo recomendável a **reconstituição de um regime de visitas mais regular**, ajustado à realidade logística.

6. Conclusão

1. **Domicílio do réu:** Confirmado que o réu, José António Pereira, reside atualmente na **Rua da Boavista, 45, 4.º Dto., 4100-123 Porto**.
2. **Habitabilidade:** O imóvel cumpre integralmente os requisitos de habitabilidade, segurança e higiene previstos na legislação portuguesa (Decreto-Lei n.º 151/2005, de 26 de junho). Não há impedimentos que inviabilizem a realização de visitas da menor ao réu.

3. Recomendação ao Juízo:

- **Aprovar** a manutenção da residência do réu como local apto a receber a menor durante as visitas.
- **Rever** o regime de visitas, considerando a distância, com a possibilidade de:
 - a) Visitas supervisionadas mensais em local neutro (ex.: Centro de Mediação Familiar da Câmara Municipal de Lisboa).
 - b) Alternância de residência em períodos de fim de semana alternados, com apoio logístico (ex.: transporte partilhado).
- **Impor** ao réu a obrigação de comunicar, com antecedência mínima de 15 dias, qualquer mudança de residência ou de condições que possam afetar o cumprimento do regime de visitas.

Este parecer foi elaborado com base nas informações disponíveis até a data de 12 de fevereiro de 2026 e poderá ser revisto caso surjam novos factos relevantes.

7. Anexos

N.º	Descrição
A	Certidão de registo predial – Rua da Boavista, 45, 4.º Dto., Porto.
B	Contrato de arrendamento (data de início: 15/01/2026).
C	Declaração de residência emitida pela Junta de Freguesia da Boavista (20/01/2026).
D	Relatório da ASAE – inspeção de segurança e higiene (relatório n.º 2026/018).
E	Fotografias da residência (data: 02/02/2026).
F	Transcrição da entrevista ao réu (03/02/2026).

Este parecer foi subscrito eletronicamente pelo perito, nos termos do artigo 207.º do Código de Processo Civil.